

## DEMOCRATIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO

# Pleno elege nova diretoria do TJ para o próximo biênio

Tiago Parrela



Com Joaquim Herculano, os desembargadores eleitos para 2014/2016

O TJMG elegeu, no dia 28 de abril, sua nova mesa diretora ao biênio 2014 / 2016. O presidente eleito é o desembargador Bitencourt Marcondes, o primeiro escolhido após a ampliação da elegibilidade a todos os desembargadores. Comprometida com a ampla democratização do Judiciário, a Amagis realizou entre os dias 14 e 23 de abril consulta aos juizes mineiros sobre a eleição no Tribunal.

**Páginas 3 a 6**

## CULTURA

# MagisCultura e Amagis Jurídica lançam edições simultâneas



A Amagis lançou, no dia 10 de abril, as novas edições das revistas MagisCultura, publicação de arte e cultura dos juizes, e Amagis Jurídica, periódico que reúne a produção jurídica da magistratura.

Em sua 11ª edição, a MagisCultura traz como tema da capa o Mercado Central de Belo Horizonte. A Amagis Jurídica chega à sua 9ª edição consolidada como referência da produção científica da classe. As revistas estão disponíveis para download no site da Associação.

**Página 14**

CNJ endossa retorno do ATS a magistrados

**Página 10**

Espírito Santo e Rio vencem torneio da AMB

**Página 12**

Adesão ao novo Plano de saúde termina dia 15

**Página 24**

# Magistratura consolida o seu protagonismo a cada avanço

HERBERT CARNEIRO\*

**A**o convidar a Amagis para participar do Encontro da Subcomissão da América Latina da Comissão de Veneza, realizado em Ouro Preto, no dia 4 de agosto, a ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, do STF, reconheceu o protagonismo da magistratura mineira no debate nacional sobre o futuro do Judiciário. A Comissão Europeia para a Democracia através do Direito, mais conhecida pelo nome de Comissão de Veneza, é um órgão consultivo do Conselho da Europa sobre questões constitucionais. Tem como objetivo estudar e promover a troca de informações sobre desenvolvimentos constitucionais.

A democratização é uma bandeira histórica da Amagis, especialmente no Judiciário, último espaço onde, mesmo após 29 anos do fim do regime de exceção no País, ainda não chegou plenamente. Estamos convictos de que esse é um processo irreversível, desde que, como a Amagis, as Associações estaduais de magistrados e a Associação dos Magistrados Brasileiros se convenceram da importância de uma gestão participativa, democrática e compartilhada nos Tribunais.

Esse foi o espírito com o qual assumimos desde o primeiro ano de gestão e que foi revigorado pela histórica assembleia, que, aprovou, em agosto do ano passado, pelo consenso de cerca de 500 magistrados, a defesa integral e irrestrita da plena democratização do Judiciário.

Movidos por esse compromisso, recorremos ao Pleno do Tribunal com duas emendas por maior participação dos magistrados nas principais decisões do Judiciário, como a eleição para seu corpo diretivo. Uma delas, a ampliação da elegibilidade a todos os desembargadores foi aprovada integralmente, mas a que incluía o voto dos juízes foi reprovada.

A vitória foi parcial, mas o mesmo avanço que confirmou o potencial de todos os desembargadores para a gestão, com a ampliação da elegibilidade, irá, mais cedo ou mais tarde, reconhecer igualmente o valor e a importância da participação dos juízes de 1º grau nas principais decisões do Poder que também integram.

Com o objetivo de reafirmar a defesa e a crença de que o estado de direito e a cidadania não podem estar dissociados da democracia e esta, de uma gestão moderna, transparente e proficiente, a Associação cumpriu mais uma reivindicação da inédita assembleia

ao realizar consulta a todos os magistrados, ativos e inativos, sobre os cargos diretivos de nosso Tribunal.

O resultado revitalizou ainda mais o espírito associativo e nossas convicções com a adesão de 872 magistrados na Consulta da Amagis, por meio de cédulas e por via eletrônica, realizada através de um sistema avançado e aprovado internacionalmente. Sabíamos que a manifestação não seria vinculada, mas confirmou, de maneira eloquente, o desejo e a demanda por participação.

Nenhuma gestão será moderna, transparente e eficaz se não ouvir o que pensam aqueles que estão na ponta, na distribuição de justiça e são responsáveis por 85% de toda a demanda judicial. Antes diziam que não podia, agora, todos os desembargadores têm o direito de se candidatar. Hoje, os juízes ainda não podem votar, amanhã poderão.

Como antes, estamos dispostos e abertos à interlocução com a futura direção do Tribunal, bem como dos outros Poderes em favor da autonomia administrativa e orçamentária do Judiciário e da construção coletiva de uma Justiça mais eficiente e sintonizada com as demandas da sociedade.

Ainda que o avanço tenha sido parcial, o processo eleitoral do Tribunal é, por si só, passo importante no aperfeiçoamento do Poder, em razão dos debates sobre as questões institucionais e compromissos apresentados. Como é da natureza democrática, o diálogo deve ser permanente, especialmente

quando a tramitação da nova LODJ avança na Assembleia Legislativa de Minas Gerais sob a presença e interlocução constantes de nossa diretoria.

Apesar de resistências e de temores injustificáveis, o Judiciário está avançando e superando modelos restritivos e ultrapassados. Outro avanço conquistado nesse processo foi o destaque dado à gestão administrativa. Tão importante quanto a experiência são a eficiência, o conhecimento e o estudo sobre os melhores métodos de administração pública.

Além do aperfeiçoamento do Judiciário, somaremos forças para o resgate da dignidade e valorização do magistrado, por mais transparência nas decisões do Tribunal e maior diálogo com a primeira instância de modo a identificar as dificuldades enfrentadas pelos juízes e fóruns com relação às condições de trabalho e de segurança. ●

(\* ) Presidente da Amagis

**“Apesar de resistências e de temores injustificáveis, o Judiciário está avançando e superando modelos restritivos e ultrapassados”**



Jornal Mensal da  
Associação dos  
Magistrados Mineiros  
AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro  
Belo Horizonte • MG  
Telefax: (31) 3079-3499  
e-mail: imprensa@amagis.com.br  
www.amagis.com.br

ISSN - 1981-4577  
(Decisão Impresso)  
ISSN - 1981-4569  
(Decisão On-line)

**Presidente:**

Desembargador Herbert  
José Almeida Carneiro

**Vice-presidente Administrativa:**

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

**Vice-presidente Financeiro:**

Juíz Luiz Carlos Rezende e Santos

**Vice-presidente de Saúde:**

Juíz Maurício Torres Soares

**Vice-presidente dos**

**Aposentados e Pensionistas:**

Desembargador Tibagy  
Salles Oliveira

**Vice-presidente do Interior:**

Juíza Ivone Campos  
Guilarducci Cerqueira

**Vice-presidente**

**Sócio-cultural-Esportivo:**

Desembargador Tiago Pinto

**Diretor-Secretário:**

Morvan Rabêlo de Rezende

**Diretora-Subsecretária:**

Juíza Maria da Graça Rocha Santos

**Diretoras de Comunicação:**

Juízas Aldina de Carvalho Soares  
e Rosimere das Graças do Couto

**Coordenador de Comunicação:**

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

**Jornalistas:**

Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441  
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181  
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188  
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

**Projeto Gráfico:**

Agência Graffo

**Diagramação:**

Fosfato Comunicação Digital

**Pré-impressão/Impressão:**

Gráfica e Editora Del Rey

**Tiragem:** 2.300 exemplares

## ÍNDICE

TJMG elege nova  
direção para o  
próximo biênio **3**

Evento marca  
lançamento das  
publicações  
da Amagis

**14**

» Magistrados aprovam iniciativa de realização da consulta	05
» Divulgação do resultado foi transmitido ao vivo	05
» Imprensa destaca iniciativa da Amagis	06
» Tramitação da nova LODJ avança na ALMG	07
» Diretoria discute melhorias com juízes	08
» Órgão Especial antecipa conquista da nova LODJ	08
» Ministra Cármen Lúcia debate Judiciário na Amagis	09
» Nelson Missias apresenta plano de valorização da magistratura	09
» CNJ endossa retorno do ATS	10

» Rio e Espírito Santo são campeões do Sudeste	12
» Entrevista: Desembargador Moacyr Lobato	13
» Reunião trata de VTm, pensão e equivalência salarial	16
» Diretoria da Amagis participa de posse do governador	17
» Encontro internacional discute papel do Judiciário	18
» Estudo comparativo	19
» Efeito manada e as aplicações financeiras	21
» Amagis Saúde firma novo convênio com Hospital no Sul de Minas	23
» Prazo para aderir sem carência ao novo Plano vai até dia 15	24

Consulta da Amagis  
alcança participação  
expressiva **4**

**16** Coral da  
Amagis é  
reativado

AMPLIAÇÃO DA ELEGIBILIDADE

# TJMG elege nova direção para o próximo biênio

Tiago Parrela

O Pleno do TJMG elegeu, no dia 28 abril, a nova direção para o biênio 2014/2016. O presidente eleito é o desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, o 1º escolhido após a ampliação da elegibilidade a todos os desembargadores, aprovada pelo Pleno, no dia 17 de março. “O Poder Judiciário precisa de união, que todos participem e contribuam na gestão 2014/2016”, disse o eleito.

Além de Bittencourt, outros três desembargadores disputaram a eleição para presidente: Almeida Melo (30 votos); Doorgal Andrada (21 votos) e Antônio Carlos Cruvinel (17 votos). Bitencourt, que, no primeiro escrutínio, recebeu 54 votos, no segundo, garantiu a eleição com 68 contra 53 de Almeida Melo.

A nova diretoria será composta ainda pelo desembargadores Fernando Caldeira Brant (1º vice-presidente); Kildare Gonçalves (2º vice-presidente); Wander Marotta (3º vice-presidente); Antônio Sérvulo dos Santos (corregedor-geral de justiça) e Marcílio Eustáquio Santos (vice-corregedor de justiça). A posse está marcada para o dia 30 de junho.

A luta pela plena democratização do Judiciário é bandeira histórica da Amagis com os magistrados mineiros, que durante inédita assembleia, realizada em agosto passado, aprovou por consenso a defesa integral e irrestrita da democratização. O Pleno aprovou a ampliação da elegibilidade mas reprovou o voto do juízes. Por isso a Amagis realizou consulta aos juízes. Leia mais nas páginas 4, 5 e 6. ●



Pleno do TJMG elege novo presidente para o biênio 2014/2016

**PRESIDENTE**

*Pedro Carlos Bitencourt Marcondes*



O desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes é natural de Caçapava (SP). Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FCSA/SP), foi promotor de Justiça antes de ingressar na magistratura, em 1990. Foi juiz nas Comarcas de Mantena, Ituiutaba, Contagem e Belo Horizonte. É desembargador do TJMG desde 2006.

**PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE**

*Fernando Caldeira Brant*



O desembargador Fernando Caldeira Brant

é natural de Belo Horizonte e formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1979. Foi promotor de Justiça antes de ingressar na magistratura em 1988. Foi juiz nas Comarcas de Cabo Verde, Diamantina, Formiga e Belo Horizonte. É desembargador do TJMG desde 2005.

**SEGUNDO VICE-PRESIDENTE**

*Kildare Gonçalves Carvalho*



O desembargador Kildare Gonçalves Carvalho é natural de Bom Sucesso (MG) e formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1973. Foi procurador geral do Estado de Minas Gerais e juiz do Tribunal de Alçada. É desembargador do TJMG desde 2000 e foi presidente do TRE-MG de 2010 a 2012.

**TERCEIRO VICE-PRESIDENTE**

*Wander Paulo Marotta*



O desembargador Wander Paulo Marotta Moreira é natural de Dorés do Turvo (MG). Foi juiz do Tribunal de Alçada de 1994 a 2002, membro da Comissão Supervisora do Juizado Especial no Estado e auditor do Tribunal da Justiça Desportiva. Atualmente é presidente do TRE-MG.

**CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA**

*Antônio Sérvulo dos Santos*



O desembargador Antônio Sérvulo dos Santos é natural de São João da Boa Vista (SP)

e formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Espírito Santo do Pinhal (SP). Foi juiz nas Comarcas de Paraguruçu, Monte Santo de Minas, Poços de Caldas e Belo Horizonte e foi orientador da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) de 1997 a 2000. É desembargador do TJMG desde 2005.

**VICE-CORREGEDOR DE JUSTIÇA**

*Marcílio Eustáquio Santos*



O desembargador Marcílio Eustáquio Santos é natural de Mariana (MG). Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1982. Ingressou na magistratura em 1989 e foi juiz nas comarcas de Mantena, Guanhães, São João del Rei e Belo Horizonte. Foi promovido a desembargador em 2010. ●

ELEIÇÃO TJMG

# Consulta da Amagis alcança participação expressiva

Georgia Baçvaroff



Comissão organizadora da Consulta da Amagis apura os votos enviados por meio de cédula

Durante 10 dias de votação ininterrupta, via eletrônica ou por cédula, 872 magistrados mineiros participaram da consulta realizada pela Amagis e manifestaram, simbolicamente, suas posições sobre os cargos diretivos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. O resultado, divulgado no dia 24 de abril com transmissão ao vivo pelo site da Amagis, foi o seguinte: para o cargo de presidente do TJMG, venceu Doorgal Andrada (550 votos); 1º vice-presidente, Baía Borges (588); 2º vice-presidente, Kildare Gonçalves (411); 3º vice-presidente, Audebert Delage Filho (506); corregedor-geral de Justiça, Antônio Sérvulo (412); e para vice-corregedor-geral de Justiça, Walter Luiz de Melo (319).

Esta foi uma iniciativa inédita na história da magistratura mineira e contou com a participação de desembargadores e juízes de todo o Estado, ativos e inativos, em defesa da plena democratização do Judiciário.

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, destacou a importância da democratização do Poder Judiciário. “É um processo irreversível em todo o País, que, a exemplo da ampliação da elegibilidade, igualmente reconhecerá o valor e a importância da participação dos juízes de 1º grau nas principais decisões do Poder que também integram”, argumentou o magistrado.

De acordo com Herbert Carneiro, “a con-

sulta aos magistrados não tem outro valor e objetivo que não sejam a defesa e a crença segundo as quais o estado de direito e a cidadania não podem estar dissociados da democracia e esta, de uma gestão moderna, transparente e proficiente”.

## REPERCUSSÃO

O assunto repercutiu na imprensa mineira e nacional com reportagens nos jornais locais, sites jurídicos e da Folha de S. Paulo. Em entrevista ao Jornal O Tempo, Herbert Carneiro destacou que a abertura do colégio de elegíveis é um passo importante na democratização do Judiciário, embora ainda há outra fronteira a ser ultrapassada: permitir que os juízes também participem

do processo. “Eu só posso saber o que a Comarca de Jacinto precisa se eu ouvir o juiz”, afirmou o presidente da Amagis.

De acordo com reportagem publicada pelo jornal, a eleição do TJMG deste ano pode ser considerada a mais aberta da história, uma vez que a elegibilidade foi ampliada e todos os 130 desembargadores poderiam ser candidatos, se quisessem. No último dia 17 de março, o Pleno do Tribunal ampliou a elegibilidade a todos os desembargadores, mas negou a inclusão do voto do juiz. Ambas as reivindicações foram feitas pelo consenso de cerca de 500 magistrados mineiros, reunidos na histórica assembleia de 9 de agosto passado, na sede da Amagis. ●

## CONFIRA A RELAÇÃO DOS CANDIDATOS E OS RESPECTIVOS CARGOS DIRETIVOS DO TJMG:

### PRESIDENTE

- Antônio Carlos Cruvinel
- Doorgal Gustavo Borges de Andrada
- José Tarcízio de Almeida Melo
- Pedro Carlos Bitencourt Marcondes

### 1º VICE-PRESIDENTE

- Fernando Caldeira Brant
- José Antonino Baía Borges

### 2º VICE-PRESIDENTE

- Dárcio Lopardi Mendes
- Kildare Gonçalves Carvalho
- Márcia Maria Milanez

### 3º VICE-PRESIDENTE

- Luiz Audebert Delage Filho
- Wander Paulo Marotta Moreira

### CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA

- Adilson Lamounier
- Antônio Sérvulo dos Santos
- Vanessa Verdolim Hudson Andrade

### VICE CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA

- Álvares Cabral da Silva
- Marcílio Eustáquio Santos
- Walter Luiz de Melo

REPERCUSSÃO

# Magistrados aprovam iniciativa de realização da consulta

A forma democrática e transparente com a qual a Amagis realizou a consulta aos juizes e desembargadores mineiros, ativos e inativos, sobre as eleições aos cargos diretivos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais repercutiu positivamente entre os magistrados que participaram em peso do processo, via internet ou por cédula.

Durante todo o período de votação, a Amagis recebeu mensagens dos magistrados aplaudindo a iniciativa pelo caráter democrático assim como a facilidade e segurança de votação pelo processo eletrônico.

**VEJA ALGUNS DOS DEPOIMENTOS RECEBIDOS:**

“Parabenizo pela iniciativa de oportunizar a votação ‘simbólica’ aos magistrados. Espero que o resultado final sirva como orientação para a escolha dos dirigentes em questão e que, no próximo biênio, a votação deixe de ser simbólica.”

**Juíza Renata Pacheco**

“Orgulho-me de ter participado desta votação, que, por certo, contribuirá com maior democratização para as eleições futuras para cargos diretivos do Tribunal de Justiça. Ninguém é dono do poder; esse é tão frágil quanto a incerteza de nossas vidas.”

**Juíza aposentada Sônia Marlene Duarte**

“Muito tranquila, fácil, rápida e segura a votação via internet. Não precisei valer da senha encaminhada, uma vez que utilizei do acesso usual ao qual já tinha a senha. Imediatamente recebi a resposta de confirmação da votação. Vocês pensaram em tudo. Parabéns pela eficiência e seriedade da Amagis na empreitada democrática.”

**Juíza Evandro Cangussu Melo**

“Agradeço sinceramente o esforço de nossa Amagis na busca de democratizar nosso Judiciário Mineiro, buscando dividir a pesada responsabilidade da escolha de nossos dirigentes. Queiram ou

não, o rumo do Judiciário Brasileiro é este. Mais cedo ou mais tarde chegaremos lá.”

**Juíza Willys Vilas Boas**

“Votei e achei super fácil. Meus parabéns ao nosso presidente por mais essa iniciativa.”

**Arutana Cobério Terena - Juíza aposentada**

“Votei em menos de 30 segundos. Muito bom. Parabéns à Amagis.”

**Juíza Antônio Carlos Parreira**

“Parabéns pela simplicidade e objetividade!”

**César Westin - Juíza aposentado**

“Parabéns. Tudo muito fácil e ágil.”

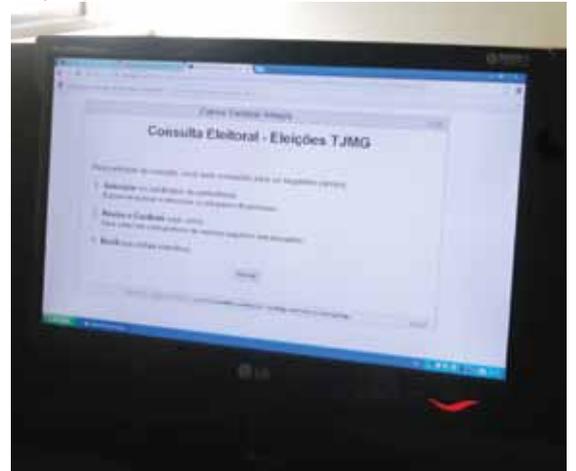
**Desembargador Newton Teixeira**

“Votei facilmente.”

**Vítor Ferreira - Juíza aposentado**

“Tenho orgulho de participar da votação. Lamento apenas que

Georgia Baçvaroff



Magistrados votaram via eletrônica ou por cédula

seja simbólica. Espero que os eleitos sejam escolhidos e trabalhem para transformar o Poder Judiciário mais democrático”

**Juíza André Ladeira da Rocha Leão**

“O sistema deveria ser usado também para outras consultas. Muito fácil e eficiente!”

**Juíza Armando Barreto Marra**

“Parabéns ao presidente desembargador Herbert pela iniciativa desta votação paralela. O processo de votação é muito simples, rápido e seguro e coopera, ainda que indiretamente (por

enquanto), para a democratização do Judiciário.”

**Juíza João Cláudio Teodoro**

O processo de consulta eletrônica que a Amagis realizou entre os juizes foi feito por um software desenvolvido no prestigiado Massachusetts Institute of Technology (MIT). Um dos mais avançados no mundo, sendo utilizado, por exemplo, em eleições das diretorias de diversas universidades públicas brasileiras, como a USP, o sistema garantiu a segurança e o sigilo em todo o processo de votação.

TRANSPARÊNCIA

## Divulgação do resultado foi transmitida ao vivo

No dia 23 de abril, a divulgação do resultado da consulta realizada pela Amagis com os magistrados mineiros foi transmitida ao vivo pelo site da Associação. Logo após a apuração, o integrante da Comissão Organizadora da Consulta da Amagis, juiz Christyano Lucas Generoso, divulgou, ao vivo, exclusivamente aos associados, o resultado, demonstrando mais uma vez o a eficiência e transparência do proces-

so, escolhido pela Associação para dar voz ao juiz mineiro. No dia 14 de abril, o site da Amagis também transmitiu, ao vivo, a abertura da consulta, quando o desembargador Dídimo Inocêncio, presidente da Comissão Organizadora da Consulta, destacou o momento histórico vivido pela magistratura mineira, que, pela primeira vez, se manifestou sobre as eleições do Tribunal. ●

DIVULGAÇÃO

# Imprensa destaca iniciativa da Amagis pela democratização

A importância e urgência da democratização do Judiciário foram temas de artigo de autoria do presidente da Amagis, Herbert Carneiro, divulgado pela imprensa mineira e nacional. O jornal Estado de Minas publicou o texto intitulado “Judiciário e democratização”, na edição do dia 12 de abril. O site da Folha de S. Paulo, por meio do Blog do jornalista Frederico Vasconcelos, repercutiu o mesmo artigo no dia 16.

No artigo, Herbert Carneiro tratou também da consulta realizada pela Associação dos Magistrados Mineiros com os juízes sobre as eleições do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. “Por uma timidez inexplicável e comprometedora, o Judiciário vive o anacronismo entre direitos e avanços conquistados na Constituição de 1988 e a esdrúxula convivência com uma lei que regula seu funcionamento (Lei Orgânica 35/1979), criada na ditadura”, diz o texto.

Ainda no artigo, Herbert Carneiro afirma que admitir a permanência dessa incompatibilidade é continuar convivendo, passiva e omissivamente, com o atraso. “Não é razoável tirar do juiz de primeira instância o direito à participação integral nas atividades de gestão do Poder em que ele atua”, pontuou o magistrado. De acordo com ele, os argumentos de que a democratização depende de alterações constitucionais e legal são inconsistentes e frágeis. “Mais fraco ainda

é o argumento de que a democratização interna vivenciada pelo Ministério Público, com eleições diretas, representou retrocesso e trouxe desorganização político-institucional. Ao contrário, o MP, diferentemente do Judiciário, cuidou de fazer sua lei orgânica e garantiu, assim, as conquistas previstas na Constituição”.

No dia 22 de abril, o presidente Herbert Carneiro concedeu entrevista à TV Record, ao vivo, para falar sobre o processo de consulta aos juízes mineiros e a importância da democratização do Poder Judiciário. O mesmo tema foi abordado em entrevistas concedidas pelo presidente da Amagis à TV BH News, TV Band e ao jornal Metro, quando ele defendeu investimentos e modernização no Judiciário mineiro.

Ao jornalista Eduardo Costa, da Rádio Itatiaia, o presidente Herbert Carneiro concedeu entrevista no dia 3 de abril, no programa Chamada Geral, quando falou sobre a defesa das eleições diretas do TJMG e sobre a pesquisa.

O assunto foi tema ainda de coluna da jornalista Raquel Faria, em edições do jornal O Tempo. Em sua coluna, ela destacou a iniciativa da Associação dos Magistrados Mineiros, “de caráter oficioso e inédito, abrangendo os mais de mil juízes de direito em Minas, além de desembargadores”. De acordo com a coluna, a ação foi semelhante às “Diretas Já” no Judiciário. ●



Presidente da Amagis concedeu entrevistas diversos veículos de imprensa

## APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA

# Tramitação da nova LODJ avança na ALMG

Adriano Boaventura



## Nova LODJ foi aprovada na CCJ da Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Com o acompanhamento permanente da diretoria da Amagis, a tramitação da proposta da nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LODJ) avança

na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). No último dia 22 de abril, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou o Projeto de Lei Comple-

mentar 59, de 2014. O próximo passo será a análise do projeto pela Comissão da Administração Pública da Casa.

No parecer do projeto, o presidente da

CCJ e relator da proposta, deputado Sebastião Costa, considerou que o texto “teve como linha mestra o fato de não acarretar despesas para o Tribunal de Justiça no

que concerne à criação de cargos de juiz de direito e desembargador, de Varas, Unidades dos Juizados Especiais e de Comarcas, e suas alterações propostas destinam-se a adequar o texto desse ato normativo às disposições legais superiores e às novas realidades, notadamente às deliberações do Conselho Nacional de Justiça e ao novo Regimento Interno do Tribunal, recentemente aprovado pelo Tribunal Pleno”.

Desde a entrega do projeto ao presidente da ALMG, Dinis Pinheiro, pelo presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, tem feito gestões junto aos parlamentares e acompanhado a tramitação do projeto. Além do presidente, o juiz Alberto Diniz Júnior, diretor da seccional de Belo Horizonte, também acompanhou a votação. ●

## ATUALIZAÇÃO

## Cinco magistrados foram contemplados com o sorteio de livros no mês de abril

A Amagis realizou, neste mês de abril, o sorteio de cinco livros: “Nascituro”, “Alimentos gravídicos à luz das legislações brasileira e portuguesa”, “O fechamento de mina e a uti-

lização da contribuição financeira por exploração mineral”, “O controle de constitucionalidade das normas coletivas setoriais” e “Direito Constitucional da Família”. Todos os

livros, exceto “Alimentos gravídicos à luz das legislações brasileira e portuguesa”, doado pelo autor, juiz Agnaldo Pereira, foram cedidos pela editora Del Rey, parceira desta ini-

ciativa da Associação em contribuir com a permanente atualização dos magistrados.

A Amagis agradece aos que se inscreveram e convida todos a continuarem parti-

cipando dos sorteios, que é feito em todas as segundas-feiras do mês, buscando sempre trazer novidades e subsídios técnicos e teóricos para o exercício da profissão. ●



### AUTO JAPAN. CONDIÇÃO SINE QUA NON DE UM HONDA.



Para adquirir seu Honda ou cuidar da sua manutenção, conte com os cinco endereços da maior rede de concessionárias Honda de Minas Gerais.

**CORTESIA\*\***  
 + PROTETOR DE CÂRTER + JOGO DE TAPETES

**RAJA**  
Raja, 2760 - 3298-2900

**CIDADE NOVA**  
Cristiano Machado, 2510 - 3429-3333

**BANDEIRANTES**  
Bandeirantes, 140 - 3069-0050

**PAMPULHA**  
Catalão, 750 - 3469-5900

**SEMINOVOS BARÃO**  
Barão, 2761 - 3313-4611

[autojapan.com.br](http://autojapan.com.br)



**AUTO JAPAN**

\*Test drive em casa ou escritório para os modelos Fit, City, Civic e CRV de acordo com a disponibilidade nas unidades Auto Japan. O test drive é válido de segunda a sexta-feira mediante agendamento prévio. \*\*Protetor de cârter e jogo de tapetes como cortesia na compra de qualquer modelo Honda zero km para filiados Amagis. Condições válidas de 01/05/2014 a 30/05/2014. Promoção não cumulativa com outras e válida conforme parceria vigente entre Honda Automóveis do Brasil e Amagis. Imagens meramente ilustrativas.

Respeite os limites de velocidade.

## GESTÃO ITINERANTE

# Diretoria discute melhorias com juízes

Tiago Parrela



Georgia Bacvaroff



**Diretoria da Amagis debate condições e LODJ nos fóruns de Lagoa Santa e BH**

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, esteve, no dia 9 de abril, acompanhado do dire-

tor tesoureiro, juiz José Martinho Nunes Coelho, na Comarca de Lagoa Santa, na Região Metropolitana Belo Horizonte

para discutir com os magistrados da comarca as condições de trabalho na região, a necessidade de investimentos com

objetivo de promover melhorias no Judiciário local, consequentemente, em favor do cidadão que busca a Justiça.

Durante o encontro, advogados e magistrados destacaram a importância da união de esforços entre os operadores de Direito para o enfrentamento dos problemas e a busca por soluções e melhorias.

No dia 22 de abril, no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, Herbert Carneiro reuniu-se com os juízes da capital para discutir os assuntos de interesse da magistratura, especialmente sobre a tramitação do Projeto de Lei Complementar 59, de 2014, referente à nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias. O PLC recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), no dia 22 de abril. O projeto segue agora para análise da Comissão da Administração Pública da Assembleia. ●

## LOTAÇÃO PROVISÓRIA

## Órgão Especial antecipa conquista da nova LODJ

Tiago Parrela



**Sessão do Órgão Especial do TJMG**

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) aprovou, no dia 9 de abril, requerimento do desembargador Nelson Missias de Moraes, vice-presidente de Assuntos Legislativos da AMB, solicitando antecipação de conquista da nova LODJ, que tramita na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

De acordo com a emenda, a medida permite ao servidor e à servidora públicos, cônjuge ou companheiro de magistrado designado, removido ou promovido, acompanhá-lo, com lotação provisória na

comarca, para o exercício de atividade compatível com o seu cargo.

Durante a sessão, foi definido também que os desembargadores Flávio Batista Leite, Pedro Bernardes e Washington Ferreira irão integrar a Comissão do Concurso da Magistratura. E no dia 23 de abril, o juiz Vicente de Oliveira Silva foi promovido, por merecimento, para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça. E os juízes Manoel dos Reis Moraes e Renato Luís Dresch completaram a lista como remanescentes, respectivamente pela 2ª e 1ª vez. ●

A Gegê e as mães têm muito em comum: cuidado, carinho, atenção, compromisso.

O nosso abraço e reconhecimento mãe!



(31) 3332.3800 - 3332.4280  
www.gegemudancas.com.br

## RECONHECIMENTO

# Ministra Cármen Lúcia debate Judiciário na sede da Amagis

Georgia Baçvaroff



Encontro foi realizado na Sala de Reuniões da Amagis

No dia 25 de abril, a diretoria da Amagis recebeu a visita ilustre da ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, do Supremo Tribunal Federal.

No encontro, a ministra, o presidente da Amagis, o desembargador Herbert Carneiro, e membros da diretoria debateram diversos temas sobre o futuro do Judiciário, destacando ainda a importância do trabalho realizado pela Associação para o aprimoramento da Justiça. A vinda da ministra confirmou também o protagonismo da

Amagis no debate nacional sobre as mudanças no Judiciário.

Além do presidente da Amagis, também participaram do encontro a vice-presidente Administrativa, juíza Luzia Peixoto; o vice-presidente de Saúde, juiz Maurício Soares; o vice-presidente Sociocultural-Esportivo, desembargador Tiago Pinto; o ex-presidente juiz Bruno Terra Dias; a diretora de Comunicação, juíza Aldina Soares; o diretor-tesoureiro, juiz José Martinho Nunes Co-

elho, e o diretor do Amagis Saúde, juiz Cláudio Figueiredo.

No dia 31 de março último, a Amagis realizou um seminário que debateu o papel do Judiciário no combate à violência contra a mulher. No início do evento, foi exibido um vídeo com depoimento exclusivo da ministra Cármen Lúcia, gentilmente concedido à Amagis, sobre sua trajetória e a luta das mulheres pela igualdade de gênero. O vídeo do seminário está disponível no canal da Amagis no Youtube •

## INICIATIVA

# Nelson Missias apresenta plano de valorização da magistratura na AMB

Com o objetivo de planejar e coordenar o processo de articulação política e parlamentar das relações da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) com o Poder Legislativo, tanto nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, o desembargador Nelson Missias, vice-presidente Legislativo da AMB, apresentou o Plano de Atuação Legislativa da Associação, na última reunião do Conselho Executivo.

O projeto trabalhará com duas frentes de atu-

ação no Congresso Nacional, uma pauta positiva e outra negativa, buscando acompanhar os projetos que envolvam o Poder Judiciário e a magistratura.

A pauta positiva estará junto de projetos que agreguem valor ao Poder Judiciário e à Magistratura, e contribuam para o aperfeiçoamento da Justiça, tais como: ATS, entre eles a PEC 63/2013; Paridade (PEC 26/2011), dentre outros.

A pauta negativa acompanhará os pro-

jetos que subtraem direitos dos magistrados e não contribuem para o aperfeiçoamento da Justiça, tais como: Fim da vitaliciedade, como a PEC 505/2010; aposentadoria compulsória, como a PEC 457/2005.

Em ambas as agendas, serão definidos os projetos que são de interesse comum da magistratura estadual, federal, trabalhista, militar e Ministério Público. •

Ascom/AMB



Reunião do Conselho Executivo da AMB

## DIREITOS DOS MAGISTRADOS

# CNJ endossa retorno do ATS

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) endossou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 63, 2013, em decisão proferida no dia 22 de abril, entendendo que é necessária a instituição de um sistema de efetiva e concreta valorização da carreira percorrida na magistratura.

A PEC 63 institui parcela indenizatória de valorização por tempo na magistratura e no Ministério Público – ATS, em trâmite na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. Em ofício, o Conselho recomenda que seja criada a

retribuição pelo tempo de serviço, nos termos previstos na proposta, como forma de garantir a permanência e estimular o crescimento profissional na carreira, além de permitir a organização dessa mesma carreira através de progressões vinculadas ao tempo de dedicação e atividade dos magistrados. A decisão do CNJ será encaminhada ao presidente do Senado Federal e à Comissão Permanente de Articulação Federativa e Parlamentar do Conselho Nacional de Justiça.

A medida foi feita por gestão da Associação

dos Magistrados Brasileiros (AMB), com apoio das Associações estaduais, entre elas a Amagis.

A decisão foi tomada após a Mesa Diretora do Senado rejeitar requerimentos que propunham o apensamento da PEC 63, que trata do adicional por tempo de serviço (ATS), às de nº 2, 5 e 68, todas de 2011, e que prejudicaria a tramitação da proposta defendida pela AMB, que abrange as carreiras da magistratura e do Ministério Público e contempla os aposentados e pensionistas. ●

NOTA TÉCNICA Nº \_\_\_\_/2014

*Manifestação do Conselho Nacional de Justiça sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 63, de 2013, que acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 39 e inclui os parágrafos 1º e 2º ao art. 93, bem como os parágrafos 7º e 8º ao art. 128 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público, e dá outras providências.*

1. O Conselho Nacional de Justiça – CNJ, nos termos do procedimento previsto no art. 103, inciso I, do seu Regimento Interno, reconhecendo presente o interesse do Poder Judiciário sobre a matéria, manifesta-se quanto ao mérito da Proposta de Emenda Constitucional nº 63, de 2013, que institui parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e no Ministério Público – ATS, em trâmite na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

2. O Conselho Nacional de Justiça, por meio de votação proferida pelo seu plenário na data de 08 de abril de 2014, endossou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 63, de 2013, ao entendimento de que se faz necessária a instituição de um sistema de efetiva e concreta valorização da carreira percorrida na magistratura.

3. É recomendável que seja criada a retribuição pelo tempo de serviço, nos termos previstos na proposta, como forma de garantir a permanência e estimular o crescimento profissional na carreira, além de permitir a organização dessa mesma carreira através de progressões vinculadas ao tempo de dedicação e atividade dos magistrados.

4. Encaminhe-se ao Presidente do Senado Federal, para conhecimento e providências cabíveis.

5. Encaminhe-se à Comissão Permanente de Articulação Federativa e Parlamentar do CNJ para acompanhamento da tramitação da proposta, a fim de apresentar subsídios em prol da matéria, visando à sua aprovação pelo Congresso Nacional.

Brasília, 22 de abril de 2014.

Ministro JOAQUIM BARBOSA

Presidente

Nota técnica aprovada pelo Conselho

## COLÔNIAS DE FÉRIAS

### PRESERVAÇÃO

# Manutenção garante conforto na hospedagem

Com o objetivo de receber os associados, cada vez mais confortavelmente, a Amagis mantém um permanente processo de manutenção de suas colônias de férias. Nos últimos meses, foram feitas diversas melhorias, entre elas a instalação de aparelhos de ar-condicionado em unidades de Ubatuba e o início da construção de um muro na colônia de Caxambu. As obras foram executadas de modo a não atrapalhar o funcionamento normal das unidades.

A Amagis possui colônias de férias nas cidades de Ubatuba (SP), Caxambu (MG), Cabo Frio (RJ), Nova Viçosa (BA) e Caldas Novas

(GO). São excelentes opções de lazer e descanso para você e sua família. Quando marcar suas férias, aproveite para conhecer as colônias. Em Cabo Frio, estão disponíveis oito apartamentos; em Ubatuba são oferecidas seis casas; em Nova Viçosa, há 22 apartamentos duplex e 12 casas; em Caldas Novas, são 14 apartamentos e, em Caxambu, mais dez apartamentos. Divididas nessas cidades, as colônias abrangem diferentes regiões do Brasil, facilitando o acesso dos magistrados. Como as colônias são um patrimônio da classe, as taxas de hospedagem estão abaixo das praticadas no mercado. ●

Arquivo / Deacap

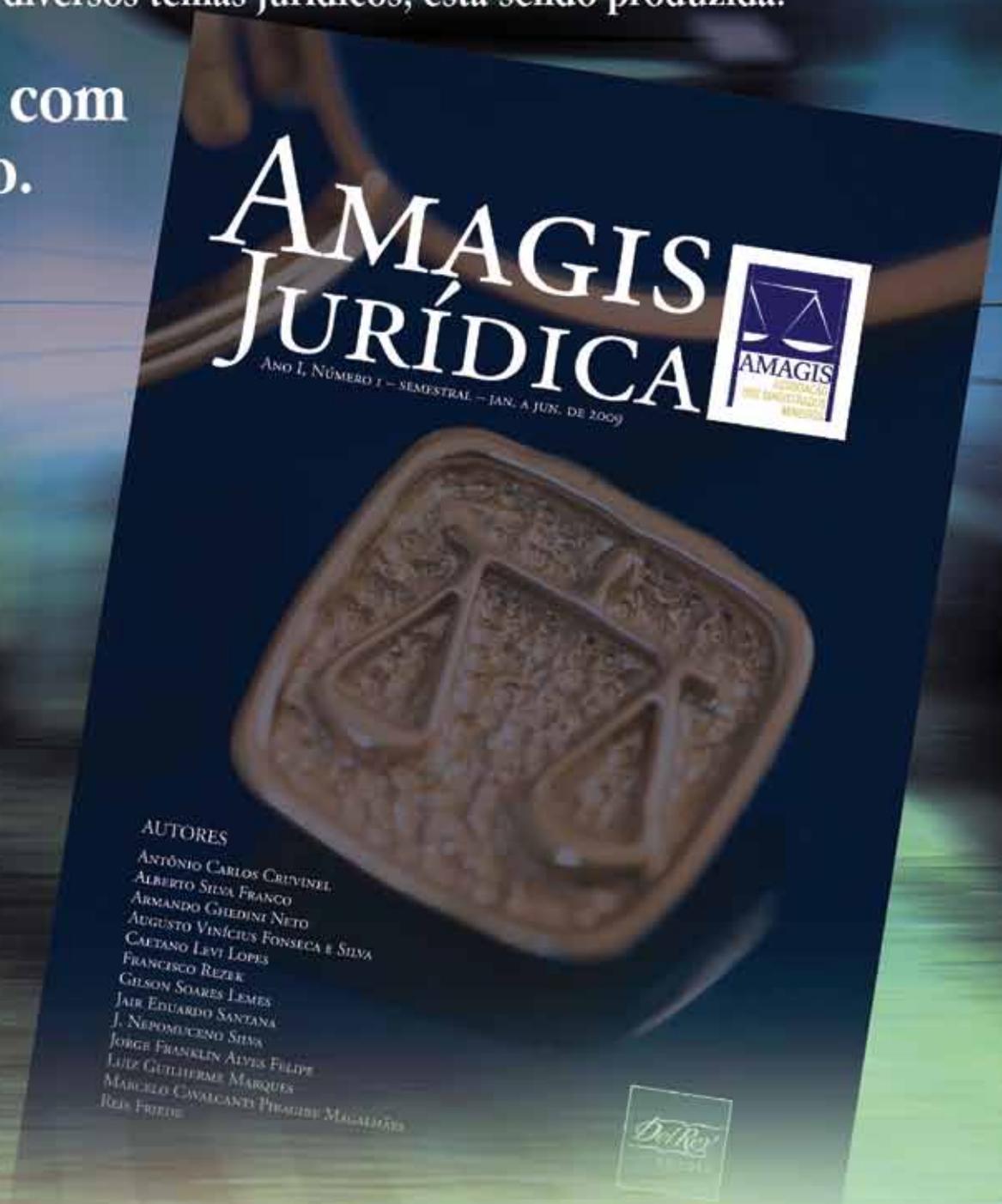


Construção do muro na Colônia de Caxambu

# Compartilhe seus conhecimentos jurídicos

A Revista Amagis Jurídica, que reúne textos dos magistrados mineiros sobre diversos temas jurídicos, está sendo produzida.

Colabore com  
seu artigo.



Para participar, os interessados devem enviar o texto na fonte Arial, corpo 12, espaço entre linhas de 1,5, no máximo 30 mil caracteres ou 20 laudas, incluindo capa, folha de rosto e bibliografia para o e-mail

[imprensa@amagis.com.br](mailto:imprensa@amagis.com.br)

## CAMPEONATO AMB

# Rio e Espírito Santo são campeões do Sudeste

Com a presença dos principais times campeões da magistratura, Uberlândia, no Triângulo Mineiro, recebeu o Campeonato de Futebol da AMB – Regional Sudeste, nos dias 24, 25 e 26 de abril, realizado com o apoio da Amagis. Participaram os selecionados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, que disputaram os títulos nas categorias Master, Sênior e Livre. A primeira rodada foi realizada no Sabiazinho, no Parque do Sabiá, e os demais jogos no campo do Praia Clube.

Durante os três dias de competição, os jogadores mostraram muita disposição e técnica, balançando as redes 49 vezes, confirmando a expectativa do secretário de Esportes da AMB, juiz José Flores, de que as partidas seriam equilibradas. Na rodada de abertura, o presidente do Conselho Deliberativo da Amagis, José Aluísio Neves, saudou os atletas e desejou a todos garra e respeito aos adversários.

Os campeões só foram conhecidos na última rodada, com o time do Espírito Santo vencendo nas categorias Master e Sênior, e o time do Rio de Janeiro faturando o título da Livre. Durante a entrega de troféus aos campeões e premiação aos jogadores, o vice-presidente de Saúde da Amagis, juiz Maurício

Soares, que representou o presidente Herbert Carneiro, agradeceu a presença de todos e destacou o empenho da diretoria em proporcionar aos magistrados boas condições para a disputa do torneio.

Soares destacou ainda o apoio dos magistrados de Uberlândia, como os juízes Armando Ventura, Lourenço Niglionire e Marcel Machado (Justiça do Trabalho), para garantir o sucesso do torneio. O juiz Glauco Soares, diretor de Esporte da Associação, reiterou os agradecimentos aos colegas de Uberlândia, e disse que seria impossível realizar um campeonato de grande porte, que exige muito cuidado e atenção aos detalhes, sem essa colaboração.

Na cerimônia de encerramento, além dos câmpões, foram premiados o melhor jogador, o artilheiro, o goleiro menos vazado, o melhor goleiro e o time mais disciplinado do torneio.

Ainda na noite de encerramento, a Amagis homenageou Adelineo Carolino Machado, pai do juiz do Trabalho Marcel Machado e ex-diretor do Praia Clube, e agradeceu ao presidente do Praia Clube, Aldorando Dias de Souza, ao diretor do Praia Clube, Juarez Resende Junqueira Filho, e ao Vereador de Uberlândia, Zezinho, pela contribuição para a realização do campeonato regional. ●

Adriano Boaventura

**Delegações de MG, SP, RJ e ES na abertura do torneio****Times campeões e jogadores de destaque foram premiados****Partidas finais foram disputadas no Praia Clube, em Uberlândia**

Rodrigo Vilaca / TIMG



**ENTREVISTA >>**  
**DESEMBARGADOR MOACYR LOBATO DE CAMPOS FILHO**

Desde a criação da Lei de Recuperação Judicial, em fevereiro de 2005, cerca de 4 mil empresas ingressaram na Justiça com esse novo modelo de processo, mas somente 45 conseguiram voltar a funcionar regularmente. Mesmo com esses números, o desembargador Moacyr Lobato, da 9ª Câmara Cível do TJMG, acredita que é cedo para um diagnóstico mais preciso sobre os efeitos da lei. De acordo com ele, a concordata já era um modelo esgotado para o país.

O desembargador apontou ainda algumas vantagens da lei como a ampliação do rol de credores, conferir ao credor a condição de protagonista, a possibilidade da recuperação extrajudicial por meio da negociação entre as partes, para ele, um instrumento de conciliação que pode ser usado até para evitar uma ação judicial.

“

Na virada deste século, a concordata já era um modelo esgotado

**Qual a diferença entre a concordata e a recuperação Judicial?**

Trata-se de um modelo mais evoluído, melhor e mais completo, o que não significa ser totalmente satisfatório. No Brasil, há um fenômeno muito interessante, pois, durante 60 anos, nosso modelo de concordata era excludente, já que só vinculava os credores quirografários e era concedida por decisão judicial, embora os credores pudessem se opor a ela. O modelo de recuperação judicial amplia consideravelmente o rol de credores sujeitos aos seus efeitos e dá uma condição de protagonista ao credor.

**A recuperação judicial funciona no Brasil?**

Talvez, seja cedo para um diagnóstico mais definitivo, considerando o fato que a lei está em vigor há oito anos e meio, e alterou profundamente o paradigma que até então prevalecia, estabelecido por um decreto lei de 1945, conhecido como concordata. Na

virada deste século, a concordata já era um modelo esgotado e, por isso, entendia-se de que era necessário substituí-lo. Apesar de haver estatísticas que expressam números mais favoráveis, os resultados ainda não suficientes. Talvez, isso ocorra porque a recuperação judicial requer uma participação mais ativa dos credores e do próprio devedor.

**Qual a diferença entre a recuperação judicial e a extrajudicial?**

A recuperação pela Lei 11.101, de 2005, constitui um gênero que se subdivide em duas espécies. A recuperação judicial é uma ação judicial, um pedido formulado em juízo pelo devedor que pretende realinhar a sua estrutura de dívidas, quem sabe até com uma readaptação da sua própria de formação de atuação, envolvendo hoje muito mais a participação efetiva dos credores. A recuperação extrajudicial é um modelo clássico de forma de negociação entre as partes e

que terá a chancela judicial mediante a homologação daquilo que for objeto do acordo entre o devedor e seus credores. É um instrumento de conciliação que pode ser usado antes ou até para evitar uma ação judicial.

**Qual a importância do empresário saber identificar o momento de fazer o processo de recuperação judicial?**

O que se tem dito a propósito de ainda não haver um sucesso absoluto do processo de recuperação judicial, talvez, esteja no diagnóstico, quem sabe, tardio do empresário em relação à sua real necessidade. Na verdade, o empresário tem sempre aquela perspectiva de que os negócios vão melhorar. E em função disso, quem sabe, ele está perdendo o melhor momento de evitar a falência que é o objetivo maior da recuperação judicial.

**Qual o sintoma de que é a hora da recuperação judicial?**

A recuperação judicial significa um novo modo

de tratamento das questões da empresa. É difícil estabelecer um modelo para todas as atuações. Mas diria que o empresário tem de estar atento e bem vinculado à realidade econômica da sua atividade, para que ele possa certamente identificar o melhor momento, embora, repito, não haja uma fórmula para identificar a situação ideal para a recuperação.

**Um dos propósitos da recuperação judicial é preservar o negócio, a economia?**

Se atentarmos para o enunciado da recuperação judicial, exatamente no artigo 47 da Lei 11.101, veremos que há a previsão de serem contemplados os interesses dos credores, a conservação da chamada fonte produtora, dos direitos dos trabalhadores, como forma de prestigiar a preservação da empresa, a continuidade da atividade econômica, para que a empresa possa cumprir sua função social. ●

**Durante 60 anos, nosso modelo de concordata era excludente**

**O modelo de recuperação judicial amplia consideravelmente o rol de credores**

**É um instrumento (recuperação extrajudicial) de conciliação que pode ser usado antes ou até para evitar uma ação judicial**

”

MAGISCULTURA E AMAGIS JURÍDICA

# Evento marca lançamento das publicações da Amagis

Tiago Parrela



**Lançamento das publicações reuniu magistrados e familiares no Parque Esportivo da Amagis**

Em um concorrido evento, no dia 10 de abril, a Amagis lançou a 11ª edição da Revista MagisCultura, a revista de arte e cultura dos magistrados mineiros, e a 9ª edição da Amagis Jurídica, consolidada como referência nas ciências jurídicas do País. Durante o encontro, realizado no Parque Esportivo da Associação, em Belo Horizonte, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, lembrou o prestígio que as revistas ganharam nacionalmente pela excelência dos textos produzidos de cada jurista e colega que participa, tendo sido elogiada, inclusive, pelo ministro Ayres Britto, que afirmou ser leitor das publicações.

O presidente ainda agradeceu aos conselheiros de ambas as revistas pela dedicação e sacrifício para a produção das publicações. Ambas as publicações estão disponíveis para leitura no site da Amagis.

Em sua décima edição, a MagisCultura traz como tema da capa o Mercado Central de Belo Horizonte, inaugurado em 1929 e reformado em 1960, e que já adquiriu status de maior atração turística da capital mineira. A imagem que ilustra a capa é uma aquarela da artista Sandra Bianchi. Nesta edição, a revista homenageia o poeta e ensaísta Affonso Ávila, sobre o qual escreve o jornalista e editor da revista Manoel Marcos Guimarães.

Além disso, a família do poeta gentilmente cedeu dois poemas para publicação na MagisCultura. Ao longo da publica-

ção, poesias, textos e crônicas sobre os mais diversos temas, entre eles a explosão criativa do jazz, os “Trilemas da Mineiri-

dade” e os “Cem anos da Primeira Guerra Mundial” revelam a diversidade de talentos existentes na magistratura mineira.

Com o objetivo de fomentar, por meio a reflexão, o debate técnico e teórico e renovar o conteúdo do cotidiano da ma-

Divulgação



**9ª Edição da Amagis Jurídica**

Divulgação



**11ª Edição da MagisCultura**

gistratura, buscando o aperfeiçoamento intelectual e profissional da prestação jurisdicional, a Amagis Jurídica chegou à nona edição trazendo textos que abordam temas como a Justiça Militar, crimes contra as relações de consumo, a tecnologização do Direito e seus males, entre outros. São 247 páginas de uma leitura rica em uma publicação de referência nas ciências jurídicas do País. As novas publicações, que devem ser lançadas no segundo semestre deste ano, já estão sendo preparadas. Os associados podem colaborar enviando textos para as duas publicações para o email [imprensa@amagis.com.br](mailto:imprensa@amagis.com.br). Para obter mais informações, entre em contato com a Assessoria de Comunicação da Amagis pelo telefone (31) 3079-3453.

### REPERCUSSÃO

As revistas da Amagis têm alcançado grande repercussão nos universos cultural e jurídico, em âmbito nacional. A MagisCultura tem recebido elo-

gios de pessoas que são referência na vida cultural do País, como os imortais da Academia Brasileira de Letras Cícero Sandroni e Arnaldo Niskier, e personalidades políticas como o senador Marco Maciel e o ex-governador de Minas Gerais Francelino Pereira.

A Amagis Jurídica também se firmou como material de pesquisa para alunos de Direito das principais faculdades do País, que solicitam o envio da revista para compor suas bibliotecas.

### LIVRO

Durante o evento, que ocorreu no Parque Esportivo da Associação, em Belo Horizonte, também foi lançado o livro “Alimentos gravídicos à luz das legislações brasileira e portuguesa”, de autoria do juiz Agnaldo Rodrigues Pereira. O magistrado é um dos autores da 9ª edição da Amagis Jurídica, com artigo sobre algumas considerações a respeito da fiscalização e o controle da constitucionalidade das normas à luz das legislações brasileira e portuguesa. ●

Tiago Parrela



**Tiago Pinto, Baía Borges e Renato César Jardim**

Tiago Parrela



**Magistrados e familiares participam do evento**

Tiago Parrela



**Presidente da Amagis ladeado por autores, homenageados e convidados**

## INCONFIDÊNCIA

# Juízes participam de livro sobre a história de Minas

Imprensa Oficial



**Livro “Liberdade: essência de Minas”**

Os juízes Bruno Terra Dias, ex-presidente da Amagis, Auro Aparecido Maia de Andrade e Marcos Henrique Caldeira Brant estão entre os autores do livro histórico “Liberdade, essência de Minas”, que foi lançado no dia 21 de abril, na cidade de Ouro Preto, durante a comemoração do Dia da Inconfidência Mineira. O juiz Bruno

Terra também compõe o Conselho Editorial do livro.

Editada pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, a obra foi escrita em conjunto por diversos profissionais, abordando momentos importantes vividos pelo Estado como a Inconfidência Mineira e Tiradentes, a Revolução Liberal e Teófilo Otoni, o lançamento do Manifesto

dos Mineiros em 1943, e o movimento Diretas Já, que, neste ano, completou 30 anos, entre outros.

‘Liberdade, essência de Minas’ é fruto da parceria da Imprensa Oficial, Governo de Minas, Secretaria de Estado de Casa Civil, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, TJMG, MPMG, IHGMG, Academia Mineira de Letras e IAMG. ●

## ATUAÇÃO

# Reunião trata de VTM, pensão e equivalência salarial

A Amagis reuniu as pensionistas da magistratura mineira no dia 10 de abril, na sede da Associação, quando foram discutidos diversos assuntos de interesse da classe. Elas foram recebidas pelo presidente Herbert Carneiro e pela diretora de Pensionistas da Amagis, Marlene Maria Fernandes. Durante o encontro, o presidente da Amagis relatou as ações que a Associação, em âmbito estadual e nacional, em favor de toda a magistratura, incluindo as pensionistas, entre elas a defesa da Proposta de Emenda

da Constitucional, que está tramitando no Congresso Nacional e cria a Valorização por Tempo de Magistratura (VTM). É o resgate do antigo Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e, de acordo com Herbert Carneiro, é uma maneira de valorizar a magistratura, reconhecendo, por mérito e por justiça, o tempo prestado ao Judiciário. Pagamentos de pensão, recebimento de verbas, declaração de Imposto de Renda, alterações feitas no Plano de Saúde da Amagis e o Congresso Nacional de Pensionistas da AMB,

Georgia Bacvaroff



Reunião foi realizada no auditório da Amagis

que, neste ano, deve acontecer na cidade de Gramado, no Rio Grande do Sul, entre os dias 29 de setembro e 3 de

outubro, também foram assuntos da reunião.

A diretora Marlene Fernandes fez um convite às pensionistas

para participarem do Coral da Amagis, que foi reativado e está recebendo inscrições. (Ver matéria abaixo). ●

## VOZES

## Coral da Amagis é reativado

Reprodução



Apresentação do Coral da Amagis em Mariana, em outubro de 2002

O Coral da Amagis está recebendo inscrições dos magistrados, familiares e amigos interessados em fazer parte do grupo de vozes da Associação. Os ensaios já estão sendo realizados às terças e quintas-feiras, das 20h às 22h no auditório da Amagis (rua Albita, 194, 2º andar). Os interessados em conhecer e também fazer

parte do grupo de vozes da Associação dos Magistrados Mineiros pode comparecer aos ensaios. O grupo conta com a participação de todos.

De acordo com os desembargadores Guilherme Luciano Baeta Nunes e Armando Pinheiro Lago, que são coordenadores do Coral, podem participar vozes feminina e mas-

culina. Nos anos de 2002 e 2003, o grupo de vozes da Associação fez diversas apresentações em Belo Horizonte e nas cidades do interior, como Tiradentes, Serro e Mariana, com participações em turnês e eventos em datas comemorativas. Para mais informações sobre o coral pode ligar para (31) 9651-6209. ●

## CIÊNCIAS PENAIS

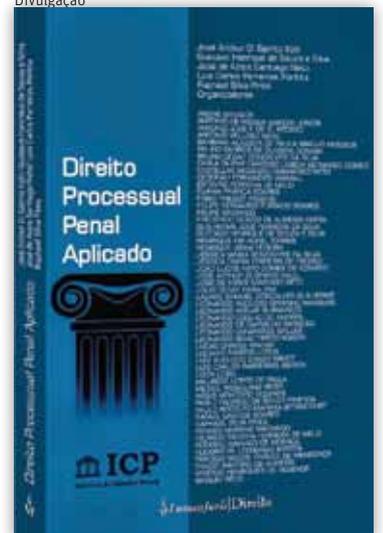
## Antônio Pêcego escreve sobre sentença criminal

Divulgação

O livro "Direito Processual Penal Aplicado", composto por 41 peças concebidas pelos membros do Instituto de Ciências Penais (ICP), foi lançado no dia 7 de maio. Entre os autores, está o juiz Antônio José Pêcego, da Comarca de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, que aborda em um dos capítulos o tema da "Sentença Criminal".

A obra, publicada pela editora LumenJuris, destina-se àqueles

que estão iniciando no âmbito acadêmico ou já trabalham diretamente na área. O livro pode ser adquirido pelo site [www.lumenjuris.com.br](http://www.lumenjuris.com.br). ●



GOVERNO DE MINAS

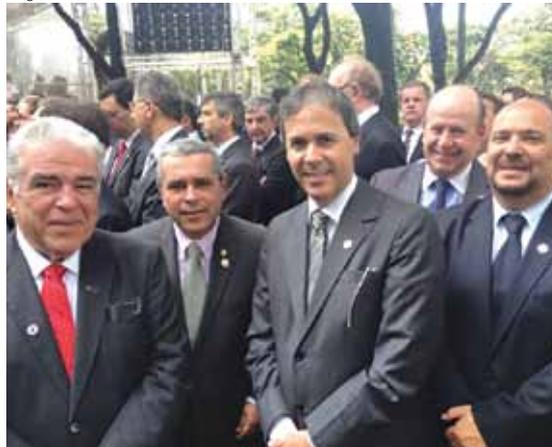
# Diretoria da Amagis participa de posse

Tiago Parrela



Alberto Pinto Coelho e Antonio Anastasia

Tiago Parrela



Diretoria na posse

A diretoria da Amagis participou da cerimônia de transmissão do cargo de governador de Minas Gerais, de Antonio Anastasia para Alber-

to Pinto Coelho, que aconteceu no Palácio da Liberdade, na Capital, no dia 4 de abril.

O governador Alberto Pinto Coelho

disse que a posse foi o momento mais importante de sua carreira pública e afirmou que assumiu o compromisso de governar o Estado com a

mesma dedicação que demonstrou o antecessor.

O ex-governador Antonio Anastasia afirmou que foi com a serenidade de quem

muito se empenhou pelo Estado e a sensação de dever cumprido que transmitiu o cargo. O senador Aécio Neves, esteve presente na cerimônia, e fez votos de êxito ao governador Alberto Pinto Coelho.

Diversos magistrados estiveram presentes, entre eles o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, o vice-presidente de Saúde, juiz Maurício Soares, o presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano; o 2º vice-presidente do TJMG, desembargador Baía Borges, o diretor da seccional de Belo Horizonte, juiz Alberto Diniz Júnior, a desembargadora Ana Paula Nannetti Caixeta e os desembargadores Alberto Henrique Costa de Oliveira e Luiz Carlos Gomes da Mata. ●

## Amagis recebe defensora pública

Tiago Parrela



Reunião foi realizada na sede da Amagis

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro recebeu, na sede da Associação, visita da defensora pública geral do Estado de Minas Gerais, Andréa Abritta Garzon. O objetivo do encontro foi

fortalecer a parceria entre a Amagis e a Defensoria Pública de Minas Gerais pela defesa da cidadania e do Estado Democrático de Direito. Além da defensora pública e do presidente da Associação, também

participaram do encontro, realizado dia 24 de março, na sala de reuniões da Amagis, a assessora da defensora, Marina de Carvalho Pinto, e a chefe de gabinete da Defensoria Pública, Christiane Procópio. ●

## Presidente do SINPRF-MG visita sede da Amagis

Tiago Parrela



Presidente da Amagis ao lado da presidente e do diretor do SINPRF-MG

A presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais do Estado de Minas Gerais (SINPRF-MG), Maria Inês Miranda Mendonça, esteve na sede da Amagis, em Belo Horizonte, no dia 1º de abril, para uma

visita de cortesia. Na ocasião, Maria Inês Miranda foi recebida pelo presidente da Associação, desembargador Herbert Carneiro. A presidente do SINPRF-MG estava acompanhada do diretor jurídico do Sin-

dicato, advogado José Sebastião Moreira dos Santos. Durante o encontro, foram discutidas ações de interesse das classes em prol da sociedade. A visita teve o objetivo de reforçar a parceria entre as duas instituições. ●

DIREITOS SOCIAIS E ECONÔMICOS

# Encontro internacional discute o papel do Judiciário

**OURO PRETO** – Discutir o papel do Judiciário na proteção dos direitos sociais e econômicos em tempos de crise mundial foi o tema do Encontro da Subcomissão da América Latina da Comissão de Veneza, realizado em Ouro Preto, entre os dias 4 a 6 de maio, com a realização de palestras, seminários e exposições. Como apoiadora do evento, a Amagis participou da abertura, quando o desembargador José Antônio Braga representou o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro.

Diversas autoridades brasileiras e estrangeiras participaram da abertura do encontro, entre eles, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, a ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, do Supremo, que é representante brasileira da Comissão de Veneza, o governador de Minas Gerais, Alberto Pinto Coelho, o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Joaquim Herculano, e o presidente da Comissão de Veneza, o jurista italiano Gianni Buquicchio.

O desembargador José Antônio Braga disse que a expectativa é colher frutos de efeito prático e de integração do direito brasileiro, latino-americano e europeu para a síntese dos problemas comuns e mundiais. O magistrado ainda observou que o que, às vezes, é prioridade para o europeu não é para o latino-americano.

Tiago Parrela

**Autoridades estiveram presentes na abertura do Encontro**

Tiago Parrela

**Desembargador José Antônio Braga representou a Amagis no evento**

A Comissão Europeia para a Democracia através do Direito, mais conhecida pelo nome de Comissão de Veneza, cidade onde ela se reúne, é um órgão consultivo do Conselho da Europa sobre questões constitucionais. Criada em 1990 como um acordo entre 18 membros do

Conselho da Europa, ela passou a permitir que Estados não-europeus se tornassem membros a partir de 2002.

A Comissão de Veneza se compõe de especialistas independentes nomeados por quatro anos pelos estados-membros e se reúne quatro vezes por

ano, em Veneza (Itália), em sessão plenária, para aprovar os seus pareceres e estudos e para promover a troca de informações sobre desenvolvimentos constitucionais.

A adesão do Brasil foi impulsionada pelo Supremo Tribunal Federal, órgão com o

qual a Comissão entrou em contato no quadro de cooperação com a Conferência Iberoamericana de Justiça Constitucional, da qual o Supremo Tribunal é membro fundador. Com essa adesão, o Brasil tornou-se o 56º país membro da Comissão de Veneza. ●

# Estudo comparativo

JUIZ MARCOS HENRIQUE CALDEIRA BRANT

Estudos são sempre necessários para o aperfeiçoamento das instituições públicas e melhoria de seus serviços. Aqui, apresentamos um sintético estudo comparativo do segmento da Justiça Estadual comum, de grande alcance institucional, destacando 6 (seis) dos principais Estados-membros distribuídos nas regiões geográficas nordeste, sudeste e sul, representados em ordem alfabética pela Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro,

Rio Grande do Sul e São Paulo, considerando 12 (doze) dados: 1- Ordem geral histórica (antiguidade de criação); 2- Área física; 3- População; 4- PIB per capita; 5- Eleitores; 6- Municípios; 7- Comarcas; 8- Juízes de Direito; 9- Desembargadores; 10- População por Juízes de Direito; 11- População por Desembargadores; 12- Juízes de Direito por Desembargadores.

Assim, podemos formatar o seguinte quadro sinótico:

						
	BA	MG	PR	RJ	RS	SP
<b>Ordem Geral História</b>	1º	8º	21º	3º	11º	7º
<b>Área Física</b>	567.295 Km²	586.528 Km²	199.315 Km²	43.696 Km²	281.748 Km²	248.209 Km²
<b>População</b>	15.103.261	20.696.983	11.063.227	16.444.336	11.203.385	43.953.455
<b>PIB (em reais)</b>	154.340.000 b.	351.381.000 b.	217.290.000 b.	407.100.000 b.	252.483.000 b.	1,248 t.
<b>Eleitores</b>	10.110.122	15.019.136	7.727.727	11.893.309	8.328.413	31.253.317
<b>Municípios</b>	417	853	399	92	497	645
<b>Comarcas</b>	278	296	161	82	164	279
<b>Juízes de Direito</b>	589	975	823	658	754	2883
<b>Desembargadores</b>	53	140	145	177	132	360
<b>População por Juízes de Direito</b>	25.642	21.227	13.442	24.991	14.858	15.245
<b>População por Desembargadores</b>	284.967	147.835	76.298	92.905	84.874	122.092
<b>Juízes de Direito por Desembargadores</b>	11,1	6,9	5,6	3,7	5,7	8

Em relação a Minas Gerais podemos abstrair que é o (1º) primeiro Estado em área física e em número de comarcas e municípios. O (2º) segundo Estado em população, eleitores e Juízes de Direito, e o (3º) terceiro Estado em número de Desembargadores.

**Nota importante** – Comarcas, Juízes de Direito e Desembargado-

res são aqueles previstos nas respectivas LOJ's - Lei de Organização Judiciária dos Estados-membros. Portanto, estes três dados são flutuantes, passíveis de pequenas variações, caso ainda não tenham sido instaladas as comarcas e não providos os cargos de Juízes de Direito e Desembargadores. ●

NO AR

# Destaques dos programas de TV da Amagis em abril

## PENSAMENTO JURÍDICO



### POPULAÇÃO CARCERÁRIA NO BRASIL \* Foto

Dados do Centro Internacional de Estudo Penitenciários, no Reino Unido, a média mundial de encarceramento é de 144 presos para cada 100.000 habitantes. No Brasil, o número de presos, com base na mesma comparação, explode para 300. O Brasil tem hoje a quarta maior população carcerária do mundo. Quais seriam as razões: aumento da criminalidade ou encarceramento em massa? Como mudar essa situação? Para debater o assunto e apontar as razões pelas quais esse problema persiste no país, convidamos o juiz aposentado José Martinho Nunes Coelho.

### MULHERES NA MAGISTRATURA

Atualmente, 20% dos tribunais brasileiros são presididos por mulheres. Em Minas Gerais, elas já são 335 magistradas. A presença feminina cresce em todos os setores da sociedade. Quais as contribuições que a mulher trouxe ao Judiciário? A presença da mulher é uma etapa importante da democratização do próprio Judiciário? Para falar sobre o assunto, recebemos no estúdio a juíza Maria Luiza Santana Assunção, titular da 8ª Vara Cível de Belo Horizonte.

### ATUALIZAÇÃO DO DIREITO ELEITORAL EM 2014

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou mudanças para as eleições deste ano e, além disso, pretende incentivar a participação das mulheres na política. Quais são as principais alterações para a eleição deste ano? Qual é a razão da baixa participação feminina na política? A convidada para debater o assunto foi a juíza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira, da 3ª Vara Cível de Juiz de Fora e diretora-adjunta da Escola Judicial Eleitoral, da Escola Nacional da Magistratura.

### A FORÇA DA MULHER NO JUDICIÁRIO E NA SOCIEDADE

Nos últimos 30 anos, 99 mil mulheres foram assassinadas no Brasil, um crescimento de 311%. Hoje, o país ocupa o 7º lugar no ranking mundial. Em edição especial, o Pensamento Jurídico esteve presente no Seminário "O papel do Judiciário no combate à violência contra a mulher", e conversou com desembargadoras, juízas, delegada e deputada estadual sobre a trajetória da mulher na sociedade, no mercado de trabalho e o aumento da violência de gênero. ●

#### ASSISTA

TV Justiça  
Sábado, às 18h30

TV Comunitária  
Sábado, às 22h

## VIA JUSTIÇA



### TCE E AS PREFEITURAS \*Foto

O Tribunal de Contas de Minas Gerais suspendeu licitações de quase 123 milhões de reais e barrou 104 editais de janeiro a outubro do ano passado. Estas suspensões atingiram mais de noventa por cento das prefeituras de Minas Gerais. Todos os editais apresentavam problemas que poderiam render dano ao erário. Por que e como isto acontece? Nossos convidados são a juíza Luzia Divina de Paula Peixoto, da 6ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal e Gustavo Vidigal Costa, diretor de Controle Externo dos Municípios/TCE.

### DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Em março, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da casa rejeitou, em caráter definitivo, a referida proposta, que permite a redução da idade penal para 16 anos. Entretanto, os senadores ainda deverão votar a proposta que reduz a maioria penal em determinadas circunstâncias. Para debater o tema, convidamos o juiz José Aluísio Neves da Silva, da 1ª Vara Criminal e da Infância e Juventude de Conselheiro Lafaiete/MG, e Ananias Neves Ferreira, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA).

### 50 ANOS DO GOLPE DE 64

Neste programa, discutimos a influência da ditadura militar sobre o Judiciário, relatando as cassações e aposentadorias compulsórias de ministros do STF e de juízes que não concordavam com o regime. Como definir o domínio da ditadura militar de 64 sobre o Judiciário? Para falar sobre o assunto, convidamos o desembargador Reynaldo Ximenes, ex-presidente da Amagis, e José Alfredo Baracho Júnior, advogado constitucionalista.

### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Depois do julgamento do mensalão, o STF volta a ser o foco das atenções. A mais alta corte do país se prepara para julgar um processo de furto de galinhas em Minas Gerais. Como uma ação desta pode chegar ao Supremo? Por que o chamado "princípio da insignificância" não foi aplicado ao caso? Para responder estas e outras questões, convidamos o desembargador Luís Carlos Gambogi, da 5ª Câmara Cível do TJMG, e o defensor público Fernando Campelo Martelletto. ●

#### ASSISTA

TV Assembleia  
Sexta-Feira, às 23h

TV Justiça  
Sábado, às 15h30

TV Comunitária  
Sexta-Feira, às 23h30

## INVESTIMENTOS

# O efeito manada e as aplicações financeiras

DESEMBARGADOR

TARCÍSIO MARTINS COSTA

A irracionalidade é característica principal do chamado “efeito manada”, ou seja, situações em que indivíduos reagem todos da mesma forma, sem pensar.

Originalmente, refere-se ao comportamento de um bando de animais; aplicando-se, por analogia, também ao comportamento humano, nas mais diferentes situações.

Exemplo: algumas “celebridades” ou “ídeos” passam a usar determinado modelito ou corte de cabelo. Depois de um tempo quase todo mundo, os jovens, sobretudo, passam a se vestir ou cortar os cabelos do mesmo jeito. Outro exemplo eloquente. Quase todos os internautas criaram sua conta no Orkut. Quando este passou a sofrer restrições, migraram, como uma manada, para o Facebook. E ainda. Muitos falam mal da lentidão do Judiciário, “os juízes trabalham pouco e gozam, ainda, 60 dias de férias. A ideia se alastra sem qualquer racionalidade, sendo acatada pela maioria. Em outras palavras, as pessoas recebem determinadas informações equivocadas ou superficiais e passam a propagá-las. Necessariamente, não se trata de uma opinião consciente. Simplesmente, segue-se, sem qualquer questionamento, a maioria. Para os psicólogos, trata-se de uma função automática do cérebro. O sujeito passivo adere comodamente a uma decisão coletiva, guiando-se pela emoção do momento.

Tal comportamento, como já enfatizado, é próprio dos animais que vivem em grupo. Quando estão no bando, basta um começar a correr, em seguida, outro e mais outro. No final, toda a manada está em correndo, por instinto. Se um do grupo saiu correndo, deve haver algum perigo rondando. Nesse caso, seguir o bando pode fazer a diferença: quem demorou mais tempo, certamente, vai se tornar a presa mais fácil.

Nós humanos, que vivemos em comunidade, não somos diferentes. Tal conceito ficou ainda mais amplo com o uso dos modernos meios de comunicação, onde todos estão ligados em rede, ao mesmo tempo (net work society). O ser humano, entretanto, possui comportamentos e habilidades cognitivas mais elaboradas do que os animais. Conseqüentemente, surgem subprodutos desse efeito. Simplificando: atuamos em manada mesmo quando não há possibilidade de perigo. Segundo os estudiosos, tal efeito nada mais é do que um mecanismo cognitivo evolutivo, que nos permite tomar decisões não conscientes, caso sejamos passivos à atividade do grupo.

Solomon Asch, que dedicou a sua vida ao estudo dos grupamentos humanos, conseguiu determinar, nos anos 50, como o julgamento individual é influenciado pelo grupo. Em um ambiente controlado, pessoas eram colocadas em uma roda no meio a uma maioria de atores contratados. Todos deveriam responder um teste de visão. Exemplificando: qual das colunas A, B e C

corresponde em altura à coluna X destacada? A resposta deveria ser dada em voz alta, e os atores eram instruídos a dar respostas deliberadamente erradas, como por exemplo ‘a coluna A’, porém todos os atores deviam concordar com a resposta. Estes deram a resposta errada em 12 das 18 situações, para não ficar explícito que apenas davam respostas erradas. O resultado da pesquisa é impressionante. Ao longo das 12 situações erradas, 75% aderiu à resposta. Ou seja, apenas 25% preferiu a escolha que sabia ser certa do que seguir a maioria. Asch concluiu que aparentemente as pessoas seguiram as respostas erradas por dois motivos: 1) para fazer parte de um grupo (influência normativa); 2) por que elas acreditavam que o grupo deveria ter visto algo que elas não haviam notado. Em suma, é mais fácil seguir o bando do que estar certo.

Postas estas considerações, o comportamento quanto às nossas aplicações financeiras não é diferente. Se todo o bando aplica em poupança, ainda que perdendo feio da inflação, eu também aplico. Se diante de uma crise no mercado, a maioria dos investidores sai vendendo seus ativos, eu também devo vender. Daí a ocorrência das chamadas bolhas especulativas.

Como explicam os doutores da psicoeconomia, tal situação diz respeito ao comportamento de agentes econômicos, em um contexto de formação assimétrica ou incerteza, quando uma grande parcela dos agentes participantes de um dado mercado não tem

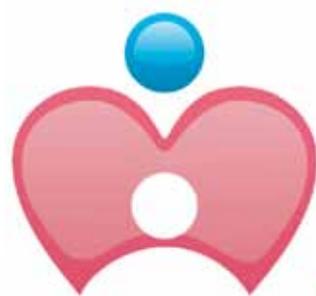
informações suficientes para a tomada de decisão - acerca do mercado de ações, mercado cambial ou o mercado de crédito, por exemplo - e cada agente decide imitar a decisão de outros, supostamente mais bem informados, ou seguir a maioria.

Vejamos o que vem acontecendo com o índice Bovespa. Com bem apontada Luiz Carlos Mendonça de Barros, no artigo “O que está acontecendo com a Bovespa”, Mercado, Folha de São Paulo, de 04.04.2014, para um grande número de analista, com o anúncio da retirada gradual dos estímulos à economia norte americana pelo FED (Banco Central dos EUA) e perspectiva de aumento de juros na maior economia do mundo, ocorreria uma brusca e intensa migração de recursos para Wall Street, a sinalizar aos investidores a retirada de seus recursos dos países emergentes. Isso culminou em vertiginosa queda do índice Bovespa, estabilizado, em junho de 2013, nos 55 mil pontos, Graças ao “efeito manada”, em julho de 2013, o índice chegou aos 45 mil pontos, ou seja, 20% menor trinta dias depois. Após reiteradas explicações do FED de que a alta dos juros só ocorreria em 2016, nossa bolsa, entre outubro e novembro de 2013, ultrapassou novamente os 50 mil pontos. Em meados de março de 2014, voltou aos 45 mil, em virtude da decisão do FED de iniciar a redução do volume de compras dos Títulos do Tesouro. A manada, mais uma vez, ignorou os esclarecimentos de que, nada obstante a redução dos estímulos, o FED ainda man-

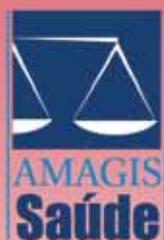
teria os juros próximos a zero, por muito tempo. Portanto, nada justificando aquela pontuação. O índice aos poucos voltou aos 55 mil pontos, com alta de de 22% em apenas três meses. A recuperação durou pouco. Nova queda para os 45 mil pontos, detonada pela declaração de Janete Yellen, nova presidente do FED, de que iria reduzir o volume de compra de Títulos do Tesouro norte-americano no mercado secundário. Investidores e especuladores, mais uma vez, ignoraram as declarações de que os juros seriam mantidos próximos a zero por longo tempo. Daí nova e injustificável queda do Bovespa para 45 mil pontos em março passado. Como não ocorreu a leitura correta do comunicado, alguns começaram a vender e a manada, sem pensar, correu na mesma direção..

Atualmente, a turma do mercado, que tem ojeriza da política econômica do governo, anda correndo atrás das pesquisas eleitorais. No pregão do dia 07/04, o índice Bovespa subiu 2,10%, incrementado pela queda da popularidade da candidatura oficial nas pesquisas. Tal assunto é outra estória, quem sabe, será abordado oportunamente.

Enquanto isso cabe a nós evitar a passividade. A bem da verdade, é impossível nos livrarmos totalmente de algumas conseqüências do efeito manada. Mas se procurarmos nos informar melhor e termos uma visão ampla do mercado, ou seja, questionar sempre, talvez, pelo menos, possamos escapar dos seus efeitos mais nefastos. ●



Programa  
**AMOR** à **VIDA**



Bem-estar e qualidade de  
vida para você, usuário do  
**AMAGIS SAÚDE**

**REDE CREDENCIADA**

# Amagis Saúde firma novo convênio com Hospital em Poços de Caldas

O Amagis Saúde mantém uma ampla rede de atendimento, formada por milhares de profissionais, clínicas, laboratórios e hospitais para prestar suporte aos associados. Atendendo à solicitação dos magistrados da Comarca de Poços de Caldas, a diretoria da Amagis Saúde firmou convênio com o Hospital Pedro Sanches, localizado na Rua Arassuaí, 81, bairro São Benedito, telefone (35) 3729-0555. Mais

informações do hospital no site [www.climepetotal.com.br](http://www.climepetotal.com.br).

Toda a rede credenciada está disponível para consulta por parte dos usuários no site da Amagis ([www.amagis.com.br](http://www.amagis.com.br)). Basta acessar o link do Amagis Saúde e, sem seguida, clicar em Rede Credenciada. É possível procurar os profissionais e estabelecimentos de saúde de diversas formas: por município, por classe ou por especialidade. ●

Saúde – credenciamento de hospital



**Hospital Pedro Sanches**

**NOVOS CREDENCIADOS**

Cidade	Especialidade	Credenciado	Endereço	Telefone
<b>Barbacena</b>	Ortopedia e Traumatologia	Ortcenter	Rua Minas Gerais, nº 108 - Centro	(32) 3333-6364
<b>Conselheiro Lafaiete</b>	Ultrassonografia, Mamografia, Densitometria Óssea, Ressonância Magnética, Raio-X, Tomografia	Ekosom Diagnose	Avenida Professor Manoel Martins, nº 687 Campo Alegre	(31) 3764-5100
	Ultrassonografia, Eletrocardiograma, Eletroencefalograma, Teste Ergométrico, Mapa, Holter	Ekosom Diagnose	Avenida Professor Manoel Martins, nº 376 Campo Alegre	(31) 3721-4464
<b>Formiga</b>	Pediatria	Dr. Concessio Batista da Costa	Rua Cel José Gonçalves D'amarante nº 56 - Centro	(37) 3321-2488
	Dermatologia	Dr. Marcelo Batista	Rua Dr. Teixeira Soares nº 190 - Centro	(37) 3322-1688
<b>Juiz de Fora</b>	Acupuntura	Helio de Filippo Carneiro	Rua Halfeld, nº 807 4º Andar - Centro	(32) 3215-6418
	Clinica de Dor, Neurologia, Neurocirurgia	Clinica de Neurocirurgia e Dor Dr. Marcelo Quesado	Avenida Itamar Franco, nº 4001 Sala 616 e 617 B. Cascatinha	(32) 3218-6797
<b>Muriae</b>	Oftalmologia	Centro de Excelência em Oftalmologia Dr. Fabio Medina Rocha	Avenida Juscelino Kubitschek, nº 445 - Centro	(32) 3722-5559
<b>Poços de Caldas</b>	Hospital Geral	Hospital Pedro Sanches	Rua Arassuaí, nº 81 São Benedito	(35) 3729-0555
<b>Pouso Alegre</b>	Análises Clínicas e Hematologia	Métodos Laboratório	Rua Bernardino de Campos, nº 139 - Centro	(35) 3423-4522
<b>Santa Rita do Sapucaí</b>	Hospital Geral	Hospital Maria Thereza Rennó	Rua Silvio Palma, nº 01 B. Jayro Grillo	(35) 3473-3650
<b>Varginha</b>	Dermatologia	Erika Vigorito Gomes	Rua Alberto Cabre, nº 88 Sala 102 - Vila Pinto	(35) 3212-9181

**Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS**

Rua Albita, 194 • Cruzeiro  
Belo Horizonte • MG  
Telefax: (31) 3079-3499  
e-mail: [imprensa@amagis.com.br](mailto:imprensa@amagis.com.br)  
[www.amagis.com.br](http://www.amagis.com.br)

**Presidente da Amagis:**  
Desembargador Herbert José Almeida Carneiro

**Diretoria do Amagis Saúde:**  
Vice-presidente de Saúde  
Juiz Maurício Torres Soares

Diretor de Saúde  
Juiz Edison Feital Leite

Diretor Financeiro  
Juiz Cláudio Manuel Barreto de Figueiredo

**Conselho Gestor:**  
TJMG

Wander Paulo Marotta Moreira  
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes  
José Geraldo Saldanha da Fonseca  
Geraldo José Duarte de Paula

Juizes da Capital  
Maria Luiza Santana Assunção  
Edison Feital Leite

Suplentes  
Marco Aurélio Ferenzini  
Marli Maria Braga Andrade

Juizes do Interior  
Marcelo Carlos Cândido  
Dalton Soares Negrão

Suplentes  
Paulo Antônio de Carvalho  
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados  
Cláudio Manuel Barreto Figueiredo  
Francisco Albuquerque

Suplentes  
Noelho Adelino Machado  
Mauro Soares de Freitas

**Diretoras de comunicação:**  
Juizas Aldina de Carvalho Soares  
e Rosimere das Graças do Couto

**Coordenador de Comunicação:**  
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

**Jornalistas:**  
Georgia Bacvaroff - Mtb - MG: 08441  
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181  
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188  
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

**Projeto Gráfico:**  
Agência Graffo

**Diagramação:**  
Fosfato Comunicação Digital

**Pré-impressão/Impressão:**  
Gráfica e Editora Del Rey

## AMAGIS SAÚDE

# Prazo para aderir sem carência vai até dia 15 de maio

Os usuários do plano do Amagis Saúde têm até o dia 15 deste mês para aderir sem carência, caso tenham interesse, ao Plano Amagis Saúde Grupo de Estados, com abrangência em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, como foi informado pelo site da Amagis e em comunicado en-

viado aos associados. O requerimento para a adesão está disponível no site da Amagis e deve ser preenchido e entregue na sede do Amagis Saúde.

A partir do dia 16 de maio, o associado que optar pelo Amagis Saúde Grupo de Estados terá de cumprir as carências que o regulamento

determina. Os associados que possuem as carteiras da Cabesp e/ou Caberj e optarem por não migrar para o plano Amagis Saúde Grupo de Estados, deverão devolver as carteirinhas.

### GRUPO DE ESTADOS

O plano Amagis Saúde Grupo de Esta-

dos foi aprovado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no dia 10 de abril, sob o número de registro 471.054/14-1, representando mais uma vitória da classe e demonstração de gestão reconhecida nacionalmente, junto ao ANS. De acordo com o vice-presidente

de Saúde da Amagis, juiz Maurício Soares, a conquista foi muito importante porque garante a regularidade junto à ANS, podendo agora, legalmente, atender aos colegas que têm interesse no tratamento de saúde nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. ●

## PASSO A PASSO DAS MUDANÇAS

**14 de fevereiro** – Reunidos em Assembleia Geral Extraordinária da Amagis Saúde, os magistrados mineiros aprovaram a criação do novo plano de Saúde. Na época, foi feita uma consulta aos associados a respeito da ampliação geográfica do plano de saúde da magistratura mineira, tendo sido aprovada a migração facultativa dos interessados e eventuais grupos familiares para esse novo produto.

Tiago Parrela



**19 de fevereiro** – A decisão dos magistrados associados foi ratificada, por unanimidade, pelo Conselho Gestor de Saúde.

Georgia Bacvaroff



A partir daí, a equipe do Amagis Saúde, com o apoio da Roderarte Nogueira Consultoria, deu início ao ajustamento e adequação de toda a documentação necessária e exigida pela ANS para a regulamentação do plano.

**1º de abril** – O regulamento obteve aprovação da diretoria da Amagis Saúde, que então encaminhou o documento para a aprovação da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

**10 de abril** – ANS aprova o plano da Amagis Saúde Grupo de Estados sob número de registro 471.054/14-1.

Reprodução



Nº Registro/ Cad. Plano	Nome Comercial/ Plano	Data Registro	Contratação	Regimentação Assistencial	Data Situação	Abrangência Geográfica	Situação Plano	Notas
434278000	Amagis Saúde	06/06/2005	Coletivo por adesão	Ambulatorial + Hospitalar sem eletroterapia	6/6/2006	Estadual	ATIVO	
471054041	AMAGIS SAÚDE - GRUPO DE ESTADOS	10/04/2014	Coletivo por adesão	Ambulatorial + Hospitalar sem eletroterapia	10/4/2014 19:00:33	Grupo de estados	ATIVO	

Quem quiser mais informações e esclarecimentos pode entrar em contato com a Amagis Saúde pelo telefone nos números: (31) 3079-3482 / 3079-3499 – falar com Eliete ou Rosângela, ou por email: [eliete@amagis.com.br](mailto:eliete@amagis.com.br) ou [rosangela@amagis.com.br](mailto:rosangela@amagis.com.br) ●